



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004736-56.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **ADRIANO FERMIANO DA SILVA**
 Requerido: **HALINE EVELIN DE OLIVEIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor almeja ao ressarcimento de danos morais que a ré lhe causou ao ofendê-lo em redes sociais e ao provocar escândalo no seu local de trabalho.

Consta do relato de fl. 01 que o autor é amigo do ex-companheiro da ré e que esta, após o término do relacionamento de ambos, passou a fazer comentários desairosos sobre ele e sobre o autor.

Além disso, teria ido até ao local de trabalho de ambos e lá fez um escândalo, constrangendo o autor.

O documento de fl. 02 prestigia a primeira imputação lançada nos autos.

A autora, referindo-se ao ex-companheiro e ao autor postou em rede social: *"Que vida né depois falou que não tá morando com a vagabunda. E esse preto junto. Arrumou uma vagabunda igual a ela".*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Já em contestação, a ré admitiu ter dirigido palavras contra o autor, com a ressalva de que *"havia acabado de se separar e estava nervosa"* (fl. 07).

Outrossim, ela não negou o segundo ato que lhe foi atribuído, consistente em fazer alarido no local de trabalho do autor de sorte a constrangê-lo (a fl. 07, inclusive, há notícia de que o autor teria até perdido o emprego).

A conjugação desses elementos basta para a pronta decisão da causa, até porque eventuais provas testemunhais não seriam aptas à reversão do quadro delineado.

Isso porque, seja pela prova documental coligida, seja pelo reconhecimento da própria ré, é inegável que a expressão por ela empregada para referir-se ao autor, sobretudo no contexto em que foi posta a fl. 02, atesta claramente o seu objetivo de expô-lo a situação vexatória e humilhante, não se afigurando bastante para justificar a conduta a condição pela qual a ré passava.

Ademais, não se pode olvidar que a autora sequer se pronunciou sobre a segunda ação relatada a fl. 01.

Qualquer pessoa mediana que estivesse no lugar do autor experimentaria a partir daí desgosto de vulto compatível com a caracterização do dano moral passível de ressarcimento.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes (o panorama traçado pela autora em audiência sobre o tema é sombrio e nada há nos autos para levar à ideia de que reunisse condições patrimoniais mais favoráveis) e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de junho de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**